

O TRABALHO DOS PROFESSORES E A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – 1990: A VONTADE COLETIVA E A COLONIZAÇÃO CAPITALISTA

Marion Machado Cunha
Universidade do Estado de Mato Grosso
Educação e Movimentos Populares

Este texto é fruto da pesquisa realizada para doutoramento em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006-2010), especificamente no Grupo de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Estudamos o trabalho dos professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), na década de 1990, no processo de colonização da cidade de Sinop, Mato Grosso (MT). Priorizamos compreender e explicitar as contradições que mediaram o mundo do trabalho de migrantes professores no fazer da Universidade do Estado de Mato Grosso (Instituição Pública Estadual) em pleno processo de colonização em uma das principais cidades da região norte de MT, considerada “sucesso” do “empreendimento capitalista de colonização”, a cidade de Sinop (pertencente à área Amazônia Legal). Essa cidade está à margem da BR Cuiabá-Santarém, a uma distância de 500 quilômetros de Cuiabá (capital de MT). Sob orientação do método materialista dialético e histórico, organizamos a relação metodológica da pesquisa, por entendermos que o “concreto pensável” tem de expressar o sentido efetivo das relações sociais. Os conceitos de trabalho (MARX, 1989; 1989a), correlações de força e vontade coletiva (GRAMSCI, 2002, v. 3; 2004, v.1) balizaram centralmente as análises e interpretações. O Trabalho assume aqui o sentido de um processo histórico humano e de mediações fundamentais para a produção material da vida (homem/ relações sociais/ natureza/ produção material). As categorias gramscianas, as correlações de força e a vontade coletiva, explicitam as posições/relações políticas e sociais (estágios qualitativos e quantitativos) das classes antagônicas e suas correspondências com as instituições da sociedade e as necessidades/possibilidades “históricas/concretas/realizáveis”. Estes conceitos instrumentalizaram na apreensão e explicitação das contradições (geral e particular) do capital e trabalho. As relações produtivas capitalistas na Amazônia Legal na cidade de Sinop, na década de 1970, emergiram do trabalho e do capital: os trabalhadores migrantes e os capitalistas colonizadores (empresários, fazendeiros latifundiários), organizados a partir da estrutura da “terra de negócio” (MARTINS, 1982) – a terra capitalizada. A cidade de Sinop, fundada em 1974, correspondeu, em sua natureza

específica, a um negócio imobiliário, urbano e rural, de uma empresa privada da cidade de Maringá, Paraná, denominada Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (S.I.N.O.P). Esta se colocou como “dona” de uma área de, aproximadamente, 650 mil hectares. Do mundo específico escolar, devido à “falta de professores”, a constante forma da “escola improvisada” e o professor do “acaso” – docentes sem formação pedagógica – foi criado em 1990 o Núcleo de Ensino Superior extensão da Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC), esta, localizada a 700 km de Sinop, na região sudoeste de MT, a qual deu origem a Universidade do Estado de Mato Grosso, em 1993. Os cursos de ensino superior destinavam-se formar professores nas áreas de Letras, Matemática e Pedagogia. Esse movimento histórico entre a colonização e a migração na cidade de Sinop e na especificidade do mundo escolar fez o migrante professor se instituir como sujeito de vontade coletiva no fazer de uma universidade pública como alternativa de vida e trabalho, formação intelectual e organização de classe. Esse sujeito, de vontade coletiva, o migrante professor, originário das relações antagônicas, surgiu do movimento estrutura / conjuntura econômicas e políticas para enfrentar o poder capitalista, que somente vislumbrava o sucesso da “terra de negócio”. A Instituição Pública Estadual (UNEMAT) vivificou como espaço de conjugação de trabalho/migração/força política em oposição à classe corporificadora da “terra de negócio”. Os desafios para instituir o ensino superior não se expressavam somente pela sua emergência enquanto Instituição, mas por esta ocorrer nos limites dos poderes que estavam circunscritos por uma estrutura capitalista imobiliária. As posições políticas de classes sociais vivificaram-se pela disputa do ensino superior e na institucionalização da UNEMAT. Esta combinação (Instituição Pública e formação de professores) deflagrou a crise da escola improvisada e os professores do “acaso” da cidade privatizada, de movimento particular do migrante professor, sujeito do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Migrante professor.

INTRODUÇÃO

Neste texto analisamos e interpretamos o trabalho dos professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), década de 1990, no processo de colonização da cidade de Sinop. Entendemos ser central apreender as contradições que mediarão os sujeitos professores do Campus da UNEMAT na cidade de Sinop (norte de Mato Grosso – a margem da BR Cuiabá-Santarém) e as correlações de força quanto ao ensino superior na cidade, considerando a colonização e a migração como fenômenos sócio-históricos fundamentais, tanto para a origem da cidade, quanto da Instituição. A

história, como um campo real das manifestações humanas, um devir, é prioritário para nos situar/interferir no presente concreto da produção humana. Conhecê-la representa, também, conjugar objetivamente as possibilidades reais com novas ações sob a unidade prática/conhecimento na esteira do potencial transformador humano. Para a realização da pesquisa, valemo-nos da abordagem qualitativa, sob orientação do método materialista dialético e histórico, fundado por Marx e Engels. Essa orientação conduziu a caminhada do processo de abstração na direção do concreto pensado e sustentou as compreensões, análises e interpretações, pois, como explicita Jameson (1999, p.187), “o marxismo é a ciência do capitalismo ou, melhor ainda, para dar profundidade a ambos os termos, é a ciência das contradições inerentes ao capitalismo”.

Na particularidade da colonização do capital no Brasil (e de interiorização) na Amazônia Legal (criada em 1953), ligado a ampla ação política armada dos militares (1964-1985), a terra se tornou a base necessária para o processo de acumulação capitalista, concentrando-a nas mãos de empreendedores capitalistas. Associado esse processo estava a constituição (explícita e tácitamente) de uma força de trabalho coletiva, (incentivos de migrações do eixo Sul/Sudeste/Centro-Oeste/Norte do Brasil) e expropriação de terras de trabalhadores. A geopolítica da Amazônia Legal referendou uma mudança quantitativa e qualitativa da terra (mercadoria), sob o controle do capital nacional e internacional, fazendo parecer, por força da oficialidade da lei e da violência, um “espaço vazio” para instituir as terras de “alguém”.

A cidade de Sinop, criada em 1974, com os incentivos do governo militar para “ocupação” do norte de MT, revelou a objetividade de um sujeito particular do mundo do trabalho, o migrante professor. Esse trabalhador migrante existiu como concepção e prática, em função da negação / impedimentos da classe capitalista sinopense (expressão concreta da classe expropriadora de terras) a viabilização da vida. É o poder histórico da dominação do capital sobre o trabalho. Ao capitalista só interessava “o sucesso” de Sinop (colonização). O trabalho dos professores para a institucionalização, organização e viabilização da Universidade, revelou uma cidade de contradições para além do econômico, de luta pela concretude da vida, em que existiu (e existe) uma força social e política vivificada pelo mundo do trabalho.

2 O CAPITAL E O TRABALHO NA COLONIZAÇÃO E MIGRAÇÃO DE SINOP

Quando pensamos em termos de colonização e migração da Amazônia Legal emerge como compreensão (aparente) a constituição de uma unidade brasileira, via

novos povoamentos e infra-estrutura (estradas, núcleos urbanos e rurais) e de interiorização da população no início da década de 1950 e que se estendeu até 1990. O longo processo histórico de expansão (via interiorização no Brasil) do capital, voltada para a acumulação e orientada pela estrutura urbano-industrial, produziu mudanças qualitativas nas regiões Centro-oeste e Norte do Brasil, de 1950 a 1990. Principalmente na forma como a terra foi apropriada do trabalhador e dela expropriado e mobilizada para o capital. Influuiu também na constituição de trabalhadores como assalariados, em novas condições de vida e de trabalho em que a migração se apresentava inevitável para a própria colonização.

As diferentes práticas de colonização do capital na Amazônia Legal produziram diferentes migrantes trabalhadores. Os migrantes foram constituindo-se na prática do migrar, pois suas origens e vivências foram conservando/transformando na condição de migrantes, revelando suas qualidades enquanto trabalhadores migrantes.

Quanto à particularidade de Sinop, o projeto de colonização da Empresa Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (S.I.N.O.P), que “emprestou” sua sigla para designar a cidade, nomeou seu investimento de capitalização de Gleba Celeste (região norte de Mato Grosso – as margens da BR Cuiabá-Santarém). No Projeto Gleba Celeste (área de 650 mil hectares) estava previsto criações também das cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia, inicialmente consideradas como núcleos urbanos. O primeiro núcleo criado foi o de Vera, em 1972, posteriormente, foi o de Sinop e de Santa Carmem, em 1974. Ainda fez parte da Gleba Celeste o núcleo urbano de Cláudia, fundado em 1978. Todos foram projetados em função do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, BR 163. Entretanto, Sinop foi a única na qual a BR passava por dentro de seus limites. Da plena clareira aberta na floresta nos anos de 1974, já em 1980 Sinop tinha uma população de 19.891 habitantes, atingindo, em 1995, 43.610 habitantes. No ano de 2000, sua população era 74.831 habitantes e, em 2005, já comportava 99.121 habitantes.

Do “grande” negócio imobiliário do Projeto Gleba Celeste se objetivou o poder de dominação da Empresa Colonizadora e, com ela, àqueles que vislumbraram a colonização propícia para novas formas de acumulação de capital. “A terra de negócio”, (MARTINS, 1982), capitalizada, para venda e compra, representou regular o mercado urbano e rural da terra, de acordo com a lei da circulação da mercadoria, impondo um lugar ao trabalhador na divisão social do trabalho: um poder que se firmava na medida em que a migração do trabalho se expressava indispensável para a concreção do capitalismo.

É inegável que a migração do trabalhador surge do movimento de expansão capitalista e da estruturação do capital. Entretanto, como “produto” (RIBEIRO, 1999), o surgimento do trabalhador migrante imprime historicidade à luta pela vida e sua realização, mesmo porque o trabalho é o terreno histórico da produção/unidade da vida e como processo forja a particularidade de trabalhadores e as mediações fundamentais dos homens como sujeitos históricos (homem/ relações sociais/ natureza/ produção material) (MARX, 1989, 1989a). Nessa medida, a migração tornou-se mais do que um efeito na vida de muitos trabalhadores, serviu de orientação prática de seu mundo do trabalho, porque lhe representa a materialidade da vida, enquanto sujeito concreto, de efeito transforma-se em causa que o move no processo da história. O homem, como salientou Gramsci (2004, p. 413, v.1), é “uma série de relações ativas (um processo) [...]”. É sob essa historicidade que o trabalhador migrante forja sua vontade concreta.

3 ENTRE A ESCOLA E A “TERRA DE NEGÓCIO” NA CIDADE DE SINOP: O MIGRANTE PROFESSOR E A UNEMAT

As classes sociais, seguindo nossa interpretação com base em Gramsci (2004, v. 1; 2004, v. 2; 2002, v.3, 2002, v.5), existem porque estão situadas no mundo objetivo, através de suas formas de sentirem, agirem e pensarem, de produzirem as complexas formas políticas e ideológicas, de acordo com as condições econômicas de produção. Fazendo-se história, determinando a natureza de suas relações antagônicas, as classes sociais se efetivam através de seus enfrentamentos, de suas estratégias e mecanismos (táticas) de luta, pela capacidade de suas forças políticas e ideológicas e pelo alcance de homogeneidade da classe. Isto é, da dominação, direção e consenso mobilizados no conjunto da sociedade, ou seja, das correlações de força produzidas conectadas a uma estrutura econômica. As correlações de forças sociais e políticas, em suas perspectivas de classe, dependem das condições objetivas da estrutura e da forma como os sujeitos se concretizam como classe, ou classes, e de como elas se enfrentam quanto às concepções do mundo e da vida.

Para dar objetividade de mercadoria às terras da Empresa Colonizadora, esta assume a posição de porta-voz oficial da propriedade capitalista, ditando as composições de forças políticas de Sinop. As relações de mercado, dependentes de novos capitais, da força de trabalho e de subsídios financeiros públicos para a capitalização da terra, estabeleceu-se com base em práticas econômico-corporativas de 1970 a 1990. O “econômico-corporativo”, tomado de Gramsci (2002, p. 41, v. 3), corresponde a uma “unidade homogênea” restrita de um grupo específico que compõe

determinada classe social, como sendo “o primeiro e mais elementar”, uma identificação política e ideológica que se propõe “organizar”, dada pela posição singular do grupo em função das relações econômicas que promovem.

A força do “pioneirismo” (como prática do colonizador - 1970 a 1990) pautava-se na relação de força econômico-corporativa da Empresa Colonizadora, cujo “sucesso” dos capitalistas empreendedores estava vinculado à terra do capital e sobre as quais a Empresa ainda era mandatária absoluta.

De um lado, a própria organização de Sinop, como espaço da produção material da vida, emerge como limite centrado na propriedade privada capitalista e sob controle da Empresa Colonizadora e, de outro, o mundo do trabalho na luta pelo espaço do viver, composto de muitos rostos, nos limites do capital imobiliário da terra.

Há de se considerar uma forma específica do trabalhador migrante nesse espaço, o foco da pesquisa. Essa corresponde aos migrantes que se tornaram professores, ou migrantes professores, de outros estados que foram em busca de trabalho, como trabalhador, na condição de assalariados. Neste caso, antes da prática enquanto professor, eles foram (são) migrantes e, nessa dimensão histórica, não levaram consigo somente as expectativas do novo, de novas condições de vida, mas a busca de alternativas. Com eles estavam suas experiências, vivências, relações, frustrações, lutas e suas expressões de vida e mundo. O futuro se colocava como possibilidade na estreita conexão com o presente e o passado. É impossível não apreender que a colonização se constitui por um processo de contradições, no qual se situa o trabalhador migrante. Uma colonização que se vitalizava pela produção social e a apropriação privada. A vontade do novo do trabalhador explicitou-se como uma longa luta, de acordos e desencontros, de concordância e rejeições, mas que se objetou pela própria dimensão do existir como classe, constituída e construída por sujeitos subsumidos pela estrutura capitalista de produção de mercadoria e de colonização. Por isso, hegemonia, com base em Gramsci (2004, v.1; 2002, v.3, 2002, v.5), representa não só a capacidade de uma classe exercer o consenso quanto à sua existência, situada na estrutura de produção, com a qual seu poder se sustenta, mas a concretude das relações de seu domínio de classe.

Entre os anos de 1970 e 1990 foi de responsabilidade da Colonizadora a organização da instituição escolar da “pequenina cidadezinha” de Sinop. Se, por um lado, a dimensão da classe trabalhadora ficou sob o domínio, porque também dissimulada, das posições políticas e hegemônicas da Empresa (por ser esta a força de dominação produzida pelo processo de colonização, e, portanto, legitimada por essa

forma, segundo a orientação econômico-corporativa), por outro lado, foram dessas relações que os professores produziram suas vivências, elaborando-se como sujeitos do devir e de classe, de trabalhadores migrantes.

A instituição escolar, como base também organizativa da hegemonia da Empresa Colonizadora e da iniciativa privada, centrada na “terra de negócio”, historicamente correspondeu a caráter de improvisação e com ele a existência necessária do professor do “acaso”: de um trabalhador migrante que, ao deslocar-se de um estado para outro na busca de emprego em novas cidades, e por ter uma “certa escolaridade”, dada a falta de professores, fez da docência a forma de reproduzir a vida.

A escola improvisada foi uma forma silenciosa que tencionava sua organização e o acesso a ela e impunha aos professores determinadas condições de trabalho, criando obstáculos a sua organização política. Como condições presentes na particularidade do professor do “acaso” estavam às condições precárias de trabalho nas escolas de educação básica, a intensificação da jornada de trabalho, os piores salários. As implicações do surgimento do professor do “acaso” correspondem à própria estrutura de reprodução histórica do capital na sua forma específica de Sinop. Segundo dados do próprio governo do estado de Mato Grosso, em 1995, somente 17% dos professores tinham formação em cursos de licenciatura. A existência do professor do “acaso”, precarizado, e à margem do movimento de desenvolvimento econômico, resultava de sua indispensabilidade numa combinação articulada da estrutura em desenvolvimento na qual a escola improvisada se reproduzia.

A emergência de professores com qualificação acadêmica era fundamental para as relações capitalistas de produção e a demanda que se colocava para novos postos de trabalho. Contudo, o caráter histórico, em função do poder da classe capitalista em Sinop, criar condições de qualificação de professores não poderia exceder a velha mágica calculista de “custo e benefício”. Isso, porque Sinop tinha como centralidade de todas as relações uma cidade sob hegemonia de uma empresa capitalista voltada simplesmente para negociar terra e ditar para a cidade seu ritmo e crescimento.

Entre os anos de 1984 a 1990, os professores de Sinop passaram constantemente a fazer enfrentamentos à precariedade do trabalho, exigindo mudanças, tanto na forma como a educação escolar era tratada e financiada, quanto em mudanças qualitativas em suas relações de trabalho e organização. As greves foram instrumentos de luta, explicitando o coletivo de professores. Os motivos imediatos que o movia eram folhas de pagamentos atrasadas e salários “achatados”.

No limite de sua existência, estes sujeitos, o professor do “acaso”, fizeram empreender na luta contra as relações de direção e dominação da Empresa Colonizadora, na luta pelo espaço de viver, inclusive na correspondência com os diversos movimentos de trabalhadores. Inclusive comendo, paralelamente, vários movimentos populares no Brasil que se ampliavam com o fim da ditadura militar na década de 1980.

A vivência do sujeito migrante professor foi demarcando suas posições ideológicas e relações políticas no próprio processo de luta de classes. Sua consciência produzia-se no movimento contraditório entre a força capitalista da colonização e a condição de migrante trabalhador.

Como resposta à complexidade econômica, social, política e cultural, que se acelerava em Sinop no final de 1980, iniciou-se a articulação política para criação de uma instituição de ensino superior. Essa cidade foi se constituindo por uma aparente “oportunidade” de trabalho e de “segurança” para novos investimentos de capitais e sua organização no campo político. Nesse movimento, promoviam-se condições favoráveis às relações de força dos sujeitos que se privilegiavam com cidade privatizada da Empresa Colonizadora, principalmente a própria Empresa “dona” da “cidadezinha”.

Desse conjunto e relações, criou-se condições para que, em 1990, fosse criado o Núcleo de Ensino Superior da Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC), com cursos voltados para formar professores nas áreas de Letras, Matemática e Pedagogia. A existência de um projeto de implantação dessa Instituição se deu paralela a força dominante local, aproveitando-se do consenso sobre a importância de uma instituição de ensino superior. Em 1990, o governo do estado de Mato Grosso estava sob a direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O governador era Carlos Gomes Bezerra (1987 - 1990).

Existem conexões que devemos melhor explorar. Se de um lado, novos sujeitos políticos emergem no cenário de Sinop, na figura do PMDB, e são rechaçados pela classe dominante, por outro lado, os professores passam para uma investida ativa de organização sindical, um exemplo a ser contido / inviabilizado, como alternativa inaceitável, porque expunha as contradições e desmontava parte da “falsa unidade de todos, de terra de toda a gente”. Esses dois movimentos designavam formas de rupturas com a hegemonia da qual a Empresa Colonizadora e seus consortes combatiam constantemente. A particularidade do migrante professor (assalariados, precarizados, contratos temporários – a maioria professor do “acaso”) serviu de referência para o

PMDB organizar sua base e força partidária. No entanto, a particularidade do migrante professor refletiu na luta pelo ensino superior. Essa luta, como vontade coletiva, traduziu-se também na criação e institucionalização da Instituição FCESC em Sinop, na forma de Núcleo de Ensino a partir do ano de 1990. Partindo de Gramsci (2004, v.1), a vontade coletiva origina-se nas próprias relações sociais e, como tal, reflete as condições de vida, movimentando-se entre a necessidade histórica e as possibilidades do “realizar-se”; do concreto realizado ao concreto realizável, do possível novo. Para o migrante professor, o Núcleo de Ensino correspondia a uma conjugação necessária e como possibilidades: do trabalho e da vida. O que se assiste no cenário político e ideológico da educação superior, nesse período, são sujeitos trabalhadores migrantes que saem da condição de espectadores, das margens do processo de colonização, e promovem-se como alternativa à direção da Colonizadora. Foram os migrantes professores do mundo do trabalho emergindo como decisão num espaço que trata de suas vidas, como sentido coletivo de existência concreta. Mesmo nos limites das forças e do poder que os dominava como trabalhadores, diante de uma estrutura produtiva capitalista no estado de Mato Grosso, vivificada pela colonização, fizeram sujeito de vontade concreta do novo.

Em 1993, em função da experiência piloto do Núcleo da FCESC em Sinop (1990), e diante de criação de mais núcleos (1991) nas cidades de nos municípios de Alta Floresta, Alto Araguaia, Luciara, Nova Xavantina e Pontes e Lacerda, deu-se origem a Universidade do Estado de Mato Grosso. Se, por um lado, a UNEMAT refletia a luta dos professores por um espaço de sua formação, por outro, também produzia as condições objetivas da colonização: a UNEMAT (todos seus *campi*) não possuía espaços (salas, laboratórios) destinados à pesquisa e à extensão. O professor da Instituição Superior vivia sob as mesmas condições que as dos professores migrantes da educação básica: precarização do trabalho, intensificação da jornada de trabalho, salários atrasados, péssimas condições de trabalho.

Embora estando sob o mesmo crivo do fazer improvisado das terras de colonização, comum das escolas de Sinop, a vontade do novo se historicizou na “pele” de seus professores. A vida e o trabalho conjugaram-se para fazer da UNEMAT um lugar de história das lutas dos trabalhadores e do migrante professor, migrantes como sujeitos em “ação”. As práticas de seus professores orientaram suas posições políticas e ideológicas em defender a Instituição quanto às investidas que negam sua viabilidade e sua capacidade de fortalecimento: era a mesma força política que os desafia de se fazer

presente e pensando as relações sociais e seu devir. No decênio de 1990, formaram 993 alunos na UNEMAT de Sinop nos três cursos (Letras, Matemática e Pedagogia) oferecidos. De 1990 a 1996, 68% dos alunos eram professores da rede escolar. Isso nos revela que o professor migrante foi o fundamento histórico da UNEMAT em Sinop, do fazer a Instituição em terras de “negócio”.

Pensar a existência da UNEMAT representa apreender a cidade para além da “terra de negócio” da Empresa Colonizadora, a qual foi confrontada pelo espaço do viver do migrante professor: um sujeito de historicidade.

4 CONCLUSÃO

Os migrantes professores, como trabalhadores assalariados, instituíram-se como força social e política, orientando-se pelo mundo do trabalho escolar e pela dimensão do espaço do viver, diante da negação da “terra de negócio” do capital. As posições políticas e os antagonismos de classes sociais, do capital e trabalho, vivificaram-se pela disputa do ensino superior e na institucionalização da UNEMAT, voltada para formar professores em uma estrutura de reprodução do capital e de dominação presente da Empresa Colonizadora. A existência da UNEMAT revelou que a escola improvisada e os professores do acaso foram estratégicos para uma cidade privatizada. Mas, ao mesmo tempo, dermacando a viabilidade da luta dos professores por dentro da Instituição.

5 REFERÊNCIAS

- JAMESON, F. Cinco teses sobre o marxismo atualmente. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- MARX, Karl. **O Capital**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 1.1. v.1.
- _____. **O Capital**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989a. 1.1.v.2.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MATO GROSSO. Secretaria de Educação e cultura. **Geração: projetos de formação e habilitações de professores para o magistério**. Cuiabá, 1995. mimeo.
- RIBEIRO, Marlene. **Movimentos sociais: revolução e reação**. Pelotas: EDUCAT, 1999.